

**MOVIMENTO, LUTAS E CONQUISTAS:  
UM OLHAR SOBRE O COMPLEXO CASTANHÃO**

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

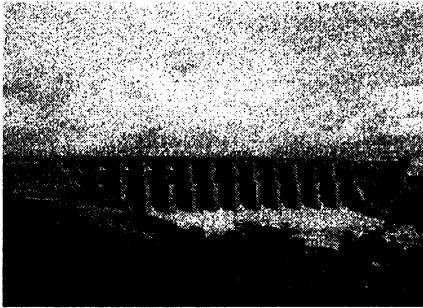
Orientadora:  
Prof.<sup>a</sup> Adelaide M. Gonçalves Pereira

CURITIBA

2007

JOSÉ ALVES DA SILVA

MOVIMENTO, LUTAS E CONQUISTAS:  
UM OLHAR SOBRE O COMPLEXO CASTANHÃO



CURITIBA  
2007

À minha esposa Margarida, pelo apoio inestimável.

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é compreender como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) realizou a intervenção política, social e pedagógica no processo de construção do complexo Castanhão, no período entre 1995 e 2003 bem como observar mediante entrevistas com educadores e educandos como ocorre a abordagem da problemática dos atingidos do Castanhão em sala de aula. A conversa com educadores e educandos e a leitura de trabalhos atinentes à questão do Castanhão trouxeram à tona as contradições e dívidas sociais do Estado em relação aos atingidos dessa grande barragem. No que se refere a intervenção do MAB nas decisões do Complexo Castanhão esta só foi possível após oito anos desde o início da construção. Isso devido aos métodos autoritários do governo para com o povo atingido, que ora usava a repressão psicológica, ora a cooptação política com quem se atrevesse a contrapor-se à forma de orientação e condução da construção do Castanhão. Com a luta e organização do MAB a partir de 2003, várias demandas dos atingidos passaram a ser reconhecidas pelas autoridades, sendo algumas delas atendidas. No entanto, o nível de vida da maior parte dos atingidos piorou após a construção da obra. Esta pesquisa mostra também a irresponsabilidade dos empreendedores do Castanhão que por ocasião do seu planejamento, superdimensionaram os benefícios e subestimaram os custos materiais, sociais e ambientais da obra. O resultado disso é a situação de dificuldade social e econômica em que vive uma grande parte das famílias dos trabalhadores no entorno da barragem. Neste trabalho ficam evidentes: a construção da barragem do Castanhão trouxe perdas irreparáveis ao meio natural, antrópico e cultural; que só é possível o atendimento dos direitos do povo atingido se este estiver engajado no movimento social; que a escola, se despertada, poderá contribuir no processo de mediação junto ao povo atingido potencializando a sua capacidade de intervir e enriquecendo as dimensões conectiva, cognitiva e formativa.

# APRESENTAÇÃO DA MONOGRAFIA

## MOVIMENTO, LUTAS E CONQUISTAS: UM OLHAR SOBRE O COMPLEXO CASTANHÃO

- TRÊS FATOS QUE PERPASSAM TODA A PESQUISA:

- Sufocação das condições de vida da população atingida.
- Conscientização e intervenção politicamente corretas feitas pelo MAB
- Práxis de educadores e educandos como uma perspectiva profícia.

### CAPÍTULO I – O COMPLEXO CASTANHÃO

- Contradições visíveis
  - a) Efeito destrutivo das práxis que interferem no ambiente
  - b) Localização, capacidade de acumulação, geração energética e potencial agrícola da barragem.
  - c) Processo de emergência do MAB
- Passos do trabalho

**OBJETIVO:** Compreender como é tratada a problemática dos atingidos na esfera escolar e como se deu o processo de intervenção do MAB no contexto do Castanhão.

**METODOLOGIA:** Permeada de espírito participativo e compreensivo

**PROBLEMA:** Como se deu o processo de inserção dos atingidos da Barragem do Castanhão? Os seus problemas são abordados na sala de aula?

**OBJETIVO:** O complexo Castanhão

**SUJEITOS:** Educadores e educandos

Conceitos utilizados na análise e estruturação do trabalho: conscientização e intervenção.

**MATRIZ DE COMPREENSÃO DA ABORDAGEM:** Freire, Rüsen, Cássio, Borges, Beer, Mészáros, Vendramini e Goleman.

## **CAPÍTULO II – CONSCIENTIZAÇÃO PARA INTERVIR**

- Fundamentação teórica dos conceitos de conscientização e de intervenção.
- Os diversos tipos de consciência histórica
- Movimento, sujeitos e intervenção na história.
- Intervenção em escala micro e macro

## **CAPITULO III – A LUTA VALE A PENA**

### **1º EIXO – ESTRAGULAMENTO SÓCIO-AMBIENTAL**

- Tecido Social
- Dimensão produtiva
- Dimensão organizativa
- Dimensão educativa
- Dimensão ambiental

### **2º EIXO – intervenção popular**

- Um confronto de saberes
  - a) Discurso político-ideológico
  - b) Discurso técnico-científico
  - c) Discurso popular

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados comparativos .....	21
Tabela 2 – Custo das ações complementares do Castanhão.....	24
Tabela 3 – Parâmetros ambientais para construção de barramentos .....	31

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I</b>		
	O COMPLEXO CASTANHÃO.....	08
1.	Contradições visíveis.....	08
1.2	Passos do trabalho.....	10
<b>CAPÍTULO II</b>		
	CONSCIENTIZAÇÃO PARA INTERVIR.....	12
2.1	Movimentos, sujeitos e intervenção na história.....	14
2.2	Formas históricas de intervenção.....	15
<b>CAPÍTULO III</b>		
	A LUTA VALE A PENA.....	17
3.1	Estrangulamento sócio-ambiental.....	17
3.1.2	Tecido Social.....	17
3.1.3	Dimensão Produtiva.....	20
3.1.4	Dimensão Organizativa.....	25
3.1.5	Dimensão Educativa.....	27
3.1.6	Dimensão Ambiental.....	30
3.2	Intervenção Popular.....	32
3.2.1	Um confronto de saberes.....	32
3.2.2	Educadores e educandos: sua práxis.....	36
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44
	APÊNDICE.....	45

## CAPÍTULO I

### O COMPLEXO CASTANHÃO

#### 1. CONTRADIÇÕES VISÍVEIS

No Brasil, as políticas públicas de interferência no ambiente sempre tiveram um caráter faraônico e destrutivo. Ao longo do processo histórico tivemos o genocídio dos índios, a exploração do pau-brasil, o monocultivo da cana-de-açúcar, a extração do ouro, o ciclo da borracha e por último, a política de construção das grandes barragens.

Essa política de construção de grandes barragens tem afetado drasticamente comunidades como remanescentes de quilombola e ribeirinhos. Ocorre a interrupção do modo de vida, da produção e da cultura desses povos.

A barragem do Castanhão é uma dessas obras que danifica o meio ambiente e causa sofrimento à população atingida. Está localizada no Estado do Ceará, na bacia do rio Jaguaribe, distando 290 km de Fortaleza, é acessada pela BR 116 e CE 269 que liga os municípios de Morada Nova, Jaguaretama e Jaguaribara.

A capacidade de acumulação e de geração de energia do Castanhão é de 6,7 bilhões de m<sup>3</sup> e 22,5 MW, respectivamente. Seu potencial agrícola foi propagado pelo DNOCS<sup>1</sup> e governo do estado, como sendo uma área de aproximadamente 43 mil hectares. No entanto, segundo cálculos, se toda sua acumulação hídrica fosse usada exclusivamente para a irrigação, daria para irrigar apenas 24 mil hectares<sup>2</sup>.

Em seu livro *A chuva e o Chão na Terra do Sol*, Hypérides Macedo afirma que construir um barramento é um processo “quase ecológico”: O homem faz a parede, a natureza, o lago. (1996:106), porém o que não parece ecológico é fechar a parede de uma barragem, sem previsão de retirada da população da sua área de abrangência. Foi o que aconteceu com o Castanhão, por ocasião da grande cheia de 2004.

O não-compromisso social e a falta de previsão orçamentária fizeram com que as águas alcançassem as pessoas na área hidráulica. Ou seja, a inundação antes da “relocação” das famílias. Foi um grande número de famílias que teve que sair às pressas. Houve perda de objetos e óbitos de animais domésticos e silvestres, além de todo um terrível processo de desterritorialização, perdas dos referentes da

história, da memória, dos conectivos e laços de vizinhança, da cultura camponesa entre outros.

É nesse ambiente de contradição e injustiça que acontece a emergência dos atingidos, articulada pelo MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem. O MAB, como movimento de massa e de organização popular nacional, nasce no final da década de 1980, a partir de focos de luta social. Esses focos de resistência aconteciam nas barragens de Foz do Iguaçu no Paraná, Tucuruí no Pará, Itaparica no Pernambuco, entre outros.

No Castanhão, o processo de emergência do MAB foi muito moroso (para os atingidos), e doloroso (para o MAB). Isso devido a forma como se deu o modo de organização das comunidades, limitado pela ação da igreja e associação de moradores. O MAB levou um tempo considerável, discutindo com essas organizações no sentido de convencê-las de que era preciso reagir à forma como vinha sendo conduzida a construção do Castanhão.

A partir do momento em que o MAB construiu toda uma articulação com a população do campo e da cidade, chegou à conclusão de que o processo de construção e atendimento das demandas sociais do Castanhão poderia ter sido bem diferente. Até então toda a “discussão” do Castanhão era controlada pelos agentes públicos e pela ação do Estado. Somente a partir de 2003 é que o MAB consegue se apresentar como sujeito agregador de forças sociais. Começa a discutir com os atingidos e depois com as autoridades toda a pauta do Complexo Castanhão.

Foram muitas reuniões, debates e ocupações com a participação dos trabalhadores, jovens, mulheres, sindicatos, setores da igreja. Porém, sentiu-se a quase total ausência dos professores nessas mobilizações. Historicamente o sistema educacional tem sido mais reprodutivo do que criativo. No entanto, estranhamos a apatia de grande parte dos educadores e educandos ao processo de luta que se dava em sua volta. Por meio da pressão do povo e da articulação do MAB, o Governo Federal aplicou 7,5 milhões de Reais no Complexo Castanhão entre 2003 e 2005, viabilizando várias atividades produtivas desde apicultura até consecução de reassentamentos com casas construídas em regime de auto-construção.

Toda essa demanda reprimida que o MAB conseguiu pôr em movimento, todas as conquistas obtidas na luta e que melhoram a vida dos atingidos, toda a formação política, pedagógica e ideológica adquirida e ampliada nesse processo, no

nosso modo de ver precisam ser objeto de discussão e conteúdos de aprendizagem nas salas de aula. Este trabalho tem a intenção de alterar esse estado de quase resignação da educação ante a grandiosidade da obra do Castanhão em si, para o estado de indignação, frente às injustiças e as dívidas sociais ainda existentes. Não se educa sem a capacidade de se indignar diante das injustiças. (FREIRE, 2000)

Partimos da hipótese de que a participação nos movimentos sociais pode reumanizar as pessoas. Neste trabalho procuramos estudar a predisposição de educadores e educandos, para aprender melhor os conteúdos de aula e superar barreiras curriculares, com criatividade e criticidade, dentro do contexto de luta social.

Tendo em vista o ambiente de luta, as demandas dos reassentamentos ainda não resolvidas, a participação de um grande número de famílias na definição de modelos de produção agrícola em todo o Complexo Castanhão articulada pelo MAB, é de suma importância o engajamento dos docentes e discentes nesse processo de consecução de qualidade de vida dos trabalhadoras e trabalhadores atingidos.

## **1.2. PASSOS DO TRABALHO**

Com o objetivo de compreender como a problemática dos atingidos é tratada na esfera escolar e como se deu a intervenção do MAB do ponto de vista político, social e pedagógico no contexto do Castanhão, este trabalho foi realizado numa abordagem qualitativa (MINAYO, 1994). A metodologia utilizada foi permeada de um espírito compreensivo, no sentido de aproximar os sujeitos (pesquisador e pesquisado). Para a obtenção das informações os procedimentos adotados foram reuniões e entrevistas. Entrevista aqui entendida como uma conversa a dois, um diálogo entre entrevistador e entrevistado. As questões foram elaboradas previamente, configurando uma abordagem com propósito (MINAYO, 1994), sem, no entanto, excluir o acréscimo de outros aspectos que espontaneamente surgem no diálogo. No que tange às reuniões, a finalidade consistiu em facilitar o contato entre os sujeitos da pesquisa, diluir diferenças, identificar interesses comuns.

Os sujeitos que participaram diretamente da pesquisa foram educadores e educandos com atuação na região do Castanhão. Parte desses sujeitos estava engajada no MAB e parte não estava inserida no movimento, até o momento da pesquisa.

Tendo como objeto de pesquisa o Complexo Castanhão, foram definidos os seguintes locais e instituições para a realização deste trabalho: Escola Municipal Humberto de Alencar Castelo Branco e José Furtado de Albuquerque (Liceu), na sede do município de Jaguaribara; Escola Municipal Alexandrino Diógenes, reassentamento Caroba, município de Alto Santo; Escola Municipal Maria Salete Leite Pinheiro, reassentamento Novo Alagamar, município de Jaguaribara.

Os passos da pesquisa em campo foram: a) uma reunião com os sujeitos da pesquisa nas suas respectivas escolas; b) entrevistas estruturadas e individuais. O processo de investigação foi enriquecedor e interativo, trouxe à tona nuances que nem pesquisador nem pesquisados tinham clareza até então.

Com o intuito de contribuir no processo de inserção crítica e levando em conta o conteúdo exposto pelos sujeitos, definimos dois conceitos para análise e estruturação deste trabalho: conscientização e intervenção. No que se refere à conscientização, está em foco o grau de engajamento e comprometimento de educadores e educandos; o processo de mudança social dentro e fora da escola. No que tange à intervenção, este texto leva em consideração o trabalho organizativo do MAB. Como também a capacidade de mobilização dos docentes e discentes frente às injustiças sociais causadas pela barragem do Castanhão. Foram adotados enquanto matriz de compreensão da abordagem, autores como Freire, Rösen, Mészáros, Cássio Borges, Beer e Goleman.

---

<sup>1</sup>Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

<sup>2</sup>Ver a face oculta da barragem do Castanhão: em defesa da engenharia nacional. Cássio Borges  
Fortaleza: IMOPEC, 1999.

## CAPITULO II

### CONSCIENTIZAÇÃO PARA INTERVIR

Aqui o termo conscientização tem origem na concepção de Paulo Freire, que trata da “investigação conscientizadora”<sup>3</sup>. Para o autor, o povo no estágio de opressão tem um “pensar mágico”, ou uma “consciência ingênua”. Na superação dessa situação, que não acontece por ingestão de idéias, mas pelo trabalho é construída a emersão. É a tomada de consciência. Neste sentido há um trâmite: imersão-emersão-inserção. Mas esses passos não são lineares.

Desta maneira, a inserção é um estado maior que a emersão e resulta da conscientização da situação. É a própria consciência histórica. Daí que seja a conscientização o aprofundamento da tomada de consciência, característica, por sua vez de toda emersão. (FREIRE, 2005:118)

No caso dos povos atingidos por barragem, estes têm que engendrar sua emersão numa situação literalmente de imersão<sup>4</sup>. O desmantelamento do ambiente natural e cultural, mexe com a consciência histórica dos sujeitos. Podemos dizer que essa emersão ou tomada de consciência é como uma “cobrança” individual e coletiva em função de acontecimentos externos. “Mas a consciência humana é conservadora”<sup>5</sup>. “Só lentamente acompanha os acontecimentos exteriores.”

No contexto dos atingidos por barragem (em torno de um milhão no Brasil) é possível encontrar traços dos diversos tipos de “consciência histórica” classificados por autores diferentes. Para Rûsen<sup>6</sup> são quatro tipos de consciência histórica: **genética** (congrega diferentes pontos de vista, em uma possibilidade ampla de mudança e a vida social é concebida em toda sua complexidade);

---

<sup>3</sup>Ver pedagogia do oprimido, Rio de Janeiro – paz e terra: 2005

<sup>4</sup>Na maioria das vezes a parede da barragem ou da hidrelétrica é construída e ocorre o enchimento ou formação do lago com a população ainda morando na área inundável.

<sup>5</sup>Ver história do socialismo e lutas sociais – Max Beer; tradução, Horácio de Mello... 1 ed. – São Paulo: Expressão popular, 2006.

<sup>6</sup>Ver RÛSEN, J. El desarrollo de la conciencia narrativa uma el aprendizaje histórico: una hipotesis ontogenetica relativa a la conciencia moral. Trad. Silva Finoccio. Propuesta educativa, Argentina, n. 7. out 1992.

**Tradicional** (linear, continuação do passado); **crítica** (permite a historicidade); **exemplar** (as experiências do passado como regras da mudança social e do comportamento humano).

Considerando o objetivo deste trabalho, a consciência histórica de cunho crítico é a abordagem adequada. Porque as barragens estrangulam o espaço de produção, as relações e motivações sociais, culturais e históricas de um contexto real. A consciência histórica dos sujeitos é alterada. Pode ser reificada ou reedificada. A correlação de forças no ambiente de luta é que produz “a tomada de consciência”.

Vendramini diz que “a consciência social (ou de classe) não surge automaticamente da situação de classe” (2000:25). Daí a imprescindível conscientização para intervir na realidade, com o objetivo da transformação social.

Procuramos mostrar neste trabalho três pontos que perpassaram todo o nosso estudo de campo: 1- a deterioração crescente das condições de vida da população atingida pelo Castanhão; 2- a práxis de educadores e educandos (sujeitos diretos desta pesquisa) como uma perspectiva profícua; 3- O processo de conscientização e intervenção do MAB, realizando a luta social. Os conceitos de conscientização e de intervenção estão aqui intrinsecamente relacionados.

Mas o que é intervenção? Do ponto de vista semântico, intervenção é um substantivo feminino, *ato de intervir*. Já o verbo intervir como *tomar parte voluntariamente, meter-se de permeio ou colocar-se entre por iniciativa própria*<sup>7</sup>. Do ponto de vista político-pedagógico e de classe, intervenção é parte histórica da conscientização. Paulo Freire escreve: “se temos o saber da história como possibilidade e não como determinação”, o mundo não é algo dado. “O mundo não é”. “O mundo está sendo”<sup>8</sup>. Assim é possível que:

Como subjetividade curiosa, inteligente na objetividade com que dialeticamente me relaciono meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. (2000:79)

---

<sup>7</sup>Ver dicionário Aurélio Buarque de Holanda.

<sup>8</sup>Ver pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos / Paulo Freire – São Paulo Editora UNESP; 2000.

Intervenção implica em inserção social e histórica parte, pois deste rico processo de conscientização. As condições materiais de existência impostas aos povos atingidos por barragem os fazem emergir. Daí o valor político, axiológico e estético do MAB no sentido de organizar, canalizar forças. Nessa Verve potencial e real de intervenção, o MAB luta em duas frentes. A primeira, consiste na luta em torno dos interesses momentâneos, vinculada ao cotidiano dos povos atingidos; a segunda, busca articular os interesses de médio e longo prazos, ou seja, a transformação da sociedade. Por isso os militantes engajados no movimento têm consciência histórica de cunho crítico. Sabem que precisam agir tanto na escala conjuntural quanto na escala estrutural, como seres intervenientes:

O fato mesmo de se ter ele tornado apto a reconhecer quão condicionado ou influenciado é pelas estruturas econômicas o fez também capaz de intervir na realidade condicionante. Quer dizer, saber-se condicionado e não fatalistamente submetido a este ou àquele destino abre o caminho à sua intervenção no mundo. (FREIRE, 2000:55-6).

## **2.1- MOVIMENTOS, SUJEITOS E INTERVENÇÃO NA HISTÓRIA.**

A contribuição dos trabalhadores, intelectuais e movimentos ao longo da história no que tange à intervenção social é enorme. Em Thomaz Spence, tido como o primeiro teórico da reforma agrária a sua intervenção na luta pela terra; em Ned Ludd o legado da quebra das máquinas, no início da Revolução Industrial; em Charles Hall uma fértil elaboração acerca da luta de classe; a coluna Prestes e as ligas camponesas no Brasil; são exemplos de intervenção num dado momento histórico. Neste sentido um discurso do líder João Ball<sup>9</sup>, proferido no século XIV na Inglaterra nos mostra a intencionalidade histórica da intervenção popular.

Meus caros amigos! As coisas na Inglaterra vão de mal a pior! E nada poderá melhorar enquanto não se instituir a comunidade dos bens, enquanto não abolirmos todas as diferenças entre amos e servos, enquanto não reinar a igualdade entre os homens! Em nome de que direitos aqueles que denominamos senhores nos oprimem? Que fizeram para isso? Porque nos subjugam? Não somos nós que produzimos tudo o que eles consomem? Eles se vestem luxuosamente. Usam mantos de seda, de púrpura ou de peles. E nossas roupas são de linho grosseiro! Eles

têm vinho, iguarias e pão em abundância. Nós somos obrigados a nos contentar com o pão negro, feito com farinha da pior qualidade, palha e água! Eles vivem em palácios e castelos. Nós vivemos expostos à chuva e ao vento, em nossas miseráveis cabanas! Mas é o nosso trabalho que lhes proporciona todo esse luxo e toda essa fartura! E eles nos consideram servos e nos castigam quando não obedecemos suas ordens! (BEER, 2006:250)

Essas palavras revolucionárias foram pronunciadas há mais de seis séculos! Mas o seu conteúdo nos é familiar. Porque trazem o espírito histórico da luta de classe. O espírito de intervenção.

Podemos dizer que a consciência histórica interveniente das revoltas camponesas de 1381<sup>10</sup> guarda relação com aquela que se manifesta nos sujeitos do movimento ludista, que por sua vez se revela nas revoluções do proletariado no alvorecer do século vinte. Então em todos os tempos de opressão e em quase todos os lugares, o povo construiu suas formas históricas de intervenção.

Ao emergir do seu estado de opressão, o povo insere-se na luta social. A conscientização nascente das “situações-limite”, impulsiona os sujeitos a intervir de modo a romper a estrutura dominante.

No sentido de afirmar que os sujeitos, se instados, tendem a sair do seu estado de constatação para o de intervenção, Paulo Freire escreve: “Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas, a acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade”. (2006:80)

## **2.2 FORMAS HISTÓRICAS DE INTERVENÇÃO**

Podemos pensar na forma como o educador(a) realiza a intervenção na sala de aula e no seu entorno. Podemos pensar como ocorreram as intervenções para a transformação de algumas sociedades ao longo da história. Em que medida a pequena intervenção contribui para que ocorra a grande intervenção?

A intervenção pode desencadear um processo de mudança efêmero, como também pode desencadear um processo de transformação duradouro. Depende dos sujeitos envolvidos, da correlação de forças e principalmente do tipo de inimigo a ser

derrotado. Para Berstein a intervenção não é capaz de completar o movimento dialético de “tese”, “antítese” e “síntese”.

A intervenção humana não está excluída, ao menos implicitamente, mas é aceita só unilateralmente porque é admitida em “tese” e excluída como antítese: considerada eficiente como tese, ou seja, no momento da resistência e da conservação e rejeitada como antítese como iniciativa e impulsão do antagonista<sup>11</sup>.

Porém “a manifestação de vida”<sup>12</sup> dos trabalhadores ao longo da história tem mostrado que são os objetivos da luta social que determinam o grau de intervenção.

Portanto, a práxis dos movimentos sociais é intervenção no mundo; a luta dos atingidos por barragem configura-se como intervenção; as idéias-força de intelectuais comprometidos com a luta são intervenção; e as práticas inovadoras de educadores e educandos no chão da escola, também o são.

Assim, na base da análise dos dados obtidos na realidade objetiva (recorte deste trabalho), os conceitos de conscientização e de intervenção são essenciais.

---

<sup>9</sup>Ver história do socialismo e das lutas sociais – Max Beer Expressão popular – 2006.

<sup>10</sup>Ver história do socialismo e lutas sociais – Max Beer, 2006 p.251

<sup>11</sup>Ver Gramsci: Poder, política e partido / Emir Sader; tradução Eliana Aguiar.... 1ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2006 p. 128.

<sup>12</sup>Ver os conceitos de “manifestação de vida” e “alienação da vida”, de Marx, em A teoria da Alienação em Marx. István Mészáros; tradução Isa Tavares- São Paulo – Boitempo, 2006.

## **CAPÍTULO III**

### **A LUTA VALE A PENA**

#### **3.1. ESTRANGULAMENTO SÓCIO-AMBIENTAL**

As conseqüências ou os efeitos da construção de uma barragem são quase sempre catastróficos para a população atingida. Por ausência de planejamento adequado e mesmo de responsabilidade dos seus empreendedores (DNOCS e Governos, Estadual e Municipal) a obra do Castanhão causou profundos estrangulamentos nos aspectos político, social e econômico da região. Faz coro com a afirmação acima a posição do engenheiro Cássio Borges:

O EIA/RIMA do açude Castanhão aprovado pela SRH/CE, contrariando pareceres emitidos por ilustres profissionais especialmente contratados pela SEMACE (Superintendência no Meio Ambiente do estado do Ceará), é absolutamente errado sob a ótica: técnica; econômica; social; ambiental e jurídica. (1999:322)

Neste sentido, com base nas entrevistas realizadas com educadores e educandos atingidos pela barragem do Castanhão, vamos detalhar esse estrangulamento sobre o tecido social e as dimensões: produtiva, organizativa, educativa e ambiental, sem a pretensão de esgotar a temática e a complexidade dessas questões.

#### **3.1.2 TECIDO SOCIAL**

“Relocação” é um eufemismo usado por técnicos para se referir à retirada das pessoas dos seus lugares, por conta das grandes construções de barragens. Os números oficiais apresentam em torno de 12 mil pessoas atingidas pelo Castanhão, porém acredita-se que esse número aproxima-se de 20 mil. Isso devido ao conceito de “atingido”, como utilizado pelo governo e construtores de barragem: levam em conta somente aquela pessoa cujo local onde morava é banhado pelas águas. Na verdade um grande número de pessoas, muitas famílias tiveram que deixar o lugar, o espaço em que nasceram e produziram toda a sua vida. E isso se configura num dos maiores problemas causados por uma barragem, como afirma esta educadora:

O deslocamento das pessoas de um canto para outro; as coisas que se acabaram; os animais; a área que a gente morava, o afastamento das pessoas de suas origens, isso acho que é o maior problema do Castanhão. (depoimento DEUZILENE, educadora do Ensino Fundamental, Escola Municipal Maria Salete Leite Pinheiro no Reassentamento Novo Alagamar – Jaguaribara – Ce. 2007).

O impacto do deslocamento físico das pessoas causou uma quebra, um desmoronamento no corpo social: os laços de amizade, afetivos, de vizinhança, foram quebrados, desconstruídos. E muitos desses vínculos jamais vão se recompor.

Esses solavancos na estrutura social no âmbito de abrangência da obra endureceram as relações sociais dentro do Complexo Castanhão? A resposta é positiva se considerarmos pelo menos três aspectos no que tange à metodologia de condução da grande barragem: a) Negociação via políticos de plantão: no âmbito da institucionalidade as relações foram frias, burocráticas e as decisões tomadas nos gabinetes não refletiam a realidade. Este fato teria gerado equívocos e lacunas (existentes até hoje), que não ocorreriam, se as decisões sobre o Complexo Castanhão tivessem sido tomadas com a ampla participação do povo atingido; b) Tratamento das comunidades de forma isolada: os técnicos conseguiram conter cada comunidade no seu cantinho, sufocando a possibilidade de qualquer levante, durante vários anos. Isso aconteceu mais ou menos entre 1995 e 2003, quando o MAB interveio, alterando consideravelmente a situação geral do complexo Castanhão. Mais adiante retornaremos a este tópico; c) Retardamento na resolução dos problemas: a morosidade na resolução das demandas dos atingidos e atingidas do Castanhão, parece ter acentuado a apartação de grupos humanos e a rispidez nas relações entre outros grupos, que antes nem se conheciam, e tiveram que de repente, morar juntos nos reassentamentos involuntários.

A metodologia implementada pelos empreendedores da barragem (DNOCS e esferas de governo estadual e municipal) foi uma metodologia imposta e unilateral, com aparência de participação. Os governos Estadual e Federal (Tasso Jereissati e FHC) criaram por decreto, “o grupo multiparticipativo de acompanhamento das obras do Castanhão”. Esse grupo era composto por mais de 20 conselheiros, nomeados pelos diversos segmentos de Estado, poder executivo, legislativo e autarquias responsáveis pelo projeto. Era um conselho completamente elitizado e dependente da máquina do Estado. Nenhum dos seus membros tinha conhecimento de fato, da realidade “nua e crua”, dos atingidos. Chamavam as pessoas para as reuniões,

apenas para legitimar as decisões tomadas (anteriormente) nos gabinetes, como é do feitio da tecno-burocracia.

Essa “enrolação”, que ocorria mês a mês sem trazer a resolução dos problemas do povo, deixou a maioria das pessoas desiludidas e sem acreditar em nenhuma perspectiva. As pessoas, os atingidos foram usados como “instrumentos”, para “concordar” com as manobras das elites responsáveis pela obra, em detrimento dos interesses do povo da região.

Quando não mais havia grandes somas de recursos financeiros em jogo; ou seja, quando a parede da obra já estava sendo concluída e restavam “apenas” os problemas sociais a resolver, o “grupo de trabalho” foi esvaziado, se auto-dissolveu. Uma grande parte dos atingidos ficou ainda mais desconfiada e desiludida. Porém acomodada e dividida, como consequência do método com o qual foi tratado o povo atingido, pelas instituições e técnicos responsáveis pelo Complexo Castanhão.

Essa forma de abordagem (de técnicos e órgãos) autoritária e principalmente, sem resolver as demandas sociais ocasionou, o que Daniel Goleman chama de “quebra de vínculos” (2006:105) em consequência de relações nas quais as pessoas foram tratadas como objetos. A sua realidade subjetiva não foi considerada. Destacamos as palavras de Goleman, se referindo ao filósofo austríaco Martin Buber sobre as relações nas quais, um lado trata o outro como objeto. “Na interação Eu - objeto, uma pessoa não tem sintonia com a realidade subjetiva da outra; não sente nenhuma empatia pela realidade dos outros. Neste espectro, os outros se tornam objetos” (2006:105)<sup>13</sup>.

As decisões impostas e as relações ásperas cultivadas pelas autoridades públicas no contexto do Castanhão, deixaram marcas indeléveis na população. Faltou espírito humano na abordagem oficial com as pessoas atingidas da barragem Castanhão, como geralmente ocorre em todas as outras barragens, o povo foi desconsiderado em seus elementares direitos.

As pessoas foram arrancadas dos seus lugares, as raízes foram arrancadas. E então, muitas pessoas idosas sofreram muito com isso, muitos tiveram depressão, por ter saído do seu lugar de origem. (Depoimento ELINE, estudante do ensino médio – Abril/2007).

---

<sup>13</sup>Buber coined the term “I-it” for the range of relations that runs from merely detached to utterly exploitative. In that spectrum others become objects: we treat someone more as a thing than as a person. (P. 105)

No processo de reificação, “as relações ontológicas fundamentais são viradas de cabeça para baixo” (2006:80). O tecido social foi danificado, fragmentado, tornou-se um “corpo inorgânico”<sup>14</sup>, com extrema dificuldade de se articular e produzir.

### 3.1.3 DIMENSÃO PRODUTIVA.

Na sua cota máxima de armazenamento (106m) o Castanhão inunda 68.000 hectares de terra. A maior parte dessa extensão de terra consiste em área bastante fértil, boa para o plantio e para criação de animais. Qual o custo social de tirar as pessoas do seu local de moradia e de produção, no qual nasceram e construíram toda sua vida? Quanto vale dismantelar toda a base produtiva e cultural de uma comunidade de 20 mil pessoas? O depoimento desta professora transmite um pouco de como tudo isso ocorreu, revelando algumas dimensões do sentido de perda histórica, social e cultural do povo atingido:

É que quando as pessoas se mudaram pra cá, perderam um pouco o “chão”, a forma de trabalho, que era a agricultura e a pecuária. O povo saiu de sua terra e veio para uma terra onde não se constrói essa mesma relação de trabalho.

Alguns tiveram que mudar totalmente; fazer cursos; pegar outra cultura; tiveram que fazer um trabalho de educação e organização totalmente diferente das habilidades que tinham lá. (Depoimento IRINETE, professora da Escola Humberto de Alencar Castelo Branco, Jaguaribara – CE. Abril/2007).

Os agricultores familiares, arrendatários perderam o acesso às terras que utilizavam para produzir a alimentação básica. Neste sentido a situação dos trabalhadores camponeses atingidos pelo Castanhão piorou, pois houve a quebra do ciclo produtivo de auto-consumo.

Aqueles agricultores que possuíam até quatro vacas leiteiras tiveram que vender duas para poderem entrar nos reassentamentos, de acordo com os critérios dos órgãos oficiais. Depois que foram reassentados, parte dos trabalhadores vendeu o restante das vacas, para comprar comida.

---

<sup>14</sup>Marx afirma que, como resultado da alienação do trabalho o “corpo inorgânico do homem” aparece como meramente externo a ele e, portanto pode ser transformado em uma mercadoria. (MÉSZÁROS, 2006:80)

Antes da construção da barragem, o município de Jaguaribara (o mais atingido pela obra) dispunha de cerca de 21.000 cabeças de gado bovino. Esse número hoje gira em torno de 13.400. Para ilustrar, podemos comparar alguns números de produção agropecuária antes da construção da barragem com números atuais (no município de Jaguaribara):

**Tabela 1 – dados comparativos**

ANTES		HOJE	
TIPO	QUANT.	TIPO	QUANT.
Bovino (cab.)	21.436	Bovino	13.398
Suíno (cab.)	3.749	Suíno	1.670
Ovino (cab.)	19.155	Ovino	11.524
Caprino (cab.)	5.808	Caprino	3.075

Fonte: [www.jaguaribara.ce.gov.br](http://www.jaguaribara.ce.gov.br)

Dentre as contradições que marcaram toda a construção do Castanhão, três são bastante visíveis. Os objetivos do Castanhão variaram ao sabor da conjuntura política e do ponto de vista técnico ou político de alguns mentores da obra. Porém alguns objetivos restaram como sendo “viáveis” do ponto de vista dos construtores, em detrimento das realidades sociais dos atingidos: irrigação de 43 mil hectares de terra. No entanto, já se sabe que se toda a água disponível da barragem fosse usada exclusivamente para irrigação era suficiente somente para 24 mil hectares; a produção de 3.800 toneladas de pescado ao ano. Até agora o que existe são micro-experiências de uma ou duas associações nesta área; A atração turística, tendo a barragem como um ícone de visitação e servir como reservatório-pulmão para a integração de bacias e receptor das águas de transposição do Rio São Francisco. Não existe ainda nenhum projeto em andamento que venha viabilizar o turismo.

Por outro lado, esse turismo propagandeado pelos empreendedores da obra não interessa aos trabalhadores, muitas vezes se configura como uma atividade predatória e não gera valores nem renda econômica para a região. E toda a idéia de “desenvolvimento” impregnada no discurso oficial não passou de plena falácia.

Tudo indica que os empresários locais não “apostam” na iniciativa. E os empresários de fora exigem altos incentivos fiscais para investir em serviços ou qualquer equipamento comercial; visando atender os interesses do grande capital e com recursos do Banco Mundial, o governo do Estado viabilizou a construção de um canal com 250 km de extensão que levará água para o Complexo Industrial do Porto

do Pecém. Enquanto isso muitas famílias continuam com extrema dificuldade de acesso a água, morando próximas ao Castanhão.

Na realidade, os objetivos da obra do Castanhão são levar água para Fortaleza e Complexo Industrial do Pecém; servir como estrutura de recepção de águas da transposição do Rio São Francisco e viabilizar interesses do agronegócio do vale do Jaguaribe na forma de fruticultura e aquicultura de exportação. O depoimento seguinte revela o descontentamento das pessoas e a completa distância entre as promessas dos construtores da obra e a realidade do povo atingido:

Os governantes apresentaram alguns objetivos; mas que a gente vê que para o povo, poucos benefícios né? Citavam que os objetivos era irrigar 43 mil hectares; a piscicultura, levar água para Fortaleza... e geralmente a gente discordava desses objetivos. Porque a gente tinha receio que esses tipos de objetivos, essas vantagens chegassem até o povo. Então o objetivo até agora para o povo foi só olhar para essa obra imensa. (IRINETE, professora da Escola Municipal Humberto de Alencar Castelo Branco de Jaguaribara-Ce).

Do ponto de vista do raio disruptivo, mesmo sem ter conhecimento técnico no que tange à construção de barragem, as pessoas comuns percebem a perturbação ambiental e o estrangulamento social trazidos pela obra. Vejamos o que diz esta educadora popular.

Primeiro, que quando fosse construir uma barragem não fizessem numa extensão tão grande; Segundo pensar que vai tirar pessoas de sua origem, animais e tudo, deveria pensar mais nisso; pensar nas pessoas. E não pensar para 10 anos na frente, no que vem beneficiar eles. Tinha que ter um planejamento não pensado só neles, mas na classe pobre. (DEUZILENE, educadora)

Quanto ao raio destrutivo da barragem do Castanhão vale citar a imersão de 70 km do Rio Jaguaribe acrescido 50 km do Rio do Sangue no município de Jaguaretama. A submersão desses rios trouxe impactos ictiológicos e agrícolas, perturbando a reprodução de peixes e a pesca artesanal, como também a atividade de vazantes das famílias ribeirinhas, respectivamente. Os efeitos da inundação de 68 mil hectares de terras, na sua maioria férteis, de aluvião, se revelam no

sofrimento e no estado de carência econômica de grande parte da população. Se considerarmos o número oficial de atingidos, para cada pessoa deslocada foram submersos 5,6 hectares. Se levarmos em conta a capacidade de geração de energia que é, segundo os construtores de 22,5 MW, para cada Megawatt foram inundados 3.090 hectares e, para cada 545 pessoas atingidas será produzido 1 megawatt. Os defensores da obra dizem que esta não tem como objetivo principal a geração de energia e sim, o abastecimento humano e o incremento da produção. Observa-se uma completa distorção entre os ditos objetivos e a realidade dos fatos. Até o presente momento só estão irrigados no entorno do Castanhão 0,004% dos 43 mil hectares prometidos, mesmo a barragem estando cheia desde 2004.

E os trabalhadores permanecem à espera dos supostos “benefícios” que a obra traria em sua concretização:

Aqui mesmo no Alagamar, o que falta para resolver o problema, né? É que nem eu digo, é sobre a obra do projeto, ter o investimento né? Eu acho que no momento que o governo começar investir aqueles recursos em qualquer atividade que seja do perímetro de irrigação, aí, para nós, já tá uma coisa positiva, né? (Depoimento CARNEIRO, agricultor – educando da escola de alfabetização do MAB. Reassentamento Novo Alagamar – Agosto/2007).

Quanto a infra-estrutura várias questões também se observa. Toda uma rede de estradas que aproximava as cidades, facilitando o movimento de pessoas, a produção foi inundada. Essa perturbação ocasionada pela barragem, tanto no meio natural quando no cultural, afetou profundamente três elementos básicos em qualquer espaço geográfico: “a produção, a circulação e as idéias”<sup>15</sup>. Quando se inundam prédios, estradas, estruturas físicas, açudes, monumentos, junto com toda essa infra-estrutura fica submersa, também a memória do povo atingido. A cultura mnemônica é soterrada, sufocada. E a capacidade de reinventar a cultura e o modo de vida do povo é drasticamente abalada:

A mudança foi um abalo pra muita gente. Nos jogaram aqui; e aqui a gente tá lutando por nossa sobrevivência. Sem recursos pra manter a população, o desemprego tá grande. (Depoimento KEILA, professora do ensino fundamental Escola Humberto de A. C. Branco. Jaguaribara – Ce. Abril/2007).

O quadro que se apresenta no momento atual em decorrência da obra da barragem do Castanhão é o de “uma sociedade fragmentada e de um indivíduo empobrecido”. (MÉSZAROS, 2006: 147). No quadro das chamadas medidas mitigatórias: um dos principais equívocos (intencionais) do Castanhão é que os seus benefícios foram superdimensionados, enquanto os seus custos, subestimados. No livro *a face oculta da barragem do Castanhão*, Cássio Borges afirma:

As análises no Relatório de impacto ambiental – rima do tipo custo / benefício do Castanhão, restritas a uma única alternativa de projeto, foram feitas com custos de US\$ 120 milhões para a construção do barramento em si e mais US\$ 25 milhões para ações complementares. (1999: 168)

Talvez porque um dos mentores da obra, Hypérydes Macedo (citado por Borges) tenha visto tão pouco valor impregnado na área de abrangência da barragem Castanhão: nada além de “cobras, calangos e jurema” (BORGES, 1999: 167). Assim US\$ 25 milhões para atender as ações complementares ou medidas mitigatórias são no mínimo, um contra-senso. Foi visto que o valor inicial previsto para as ações complementares equivaleu a menos de 20% do verdadeiro valor necessário. Por isso as demandas sociais do Castanhão não foram resolvidas. A tabela seguinte pode ajudar a entender esse paradoxo.

**Tabela 2 - Custos das Ações Complementares do Castanhão.**

ITEM	VALOR
Indenização	R\$ 50 milhões
Nova Jaguaribara	R\$ 60 milhões
Desvio de BR-116	R\$ 20 milhões
Reassentamento	R\$ 70 milhões <sup>16</sup>

Fonte: DNOCS

Verifica-se diante dos dados acima que os custos sociais decorrentes da barragem do Castanhão não foram considerados, como objeto do seu planejamento orçamentário. Todo o valor previsto inicialmente para as ações complementares não foi suficiente sequer para atender 15% das demandas sociais do povo atingido.

<sup>15</sup>Vê Geografia ciência do espaço Diamantino Alves Correia Pereira, Douglas Santo, Marcos Bernardino de Carvalho, 1985.

<sup>16</sup>Em torno de 80% desse valor, ainda não foi investido na área social. Os trabalhadores que estão nos 19 reassntamentos do Castanhão vivem num estado crescente de empobrecimento.

### 3.1.4 DIMENSÃO ORGANIZATIVA

O DNOCS construiu a barragem do Castanhão à revelia da maioria da população. As famílias que não tiveram como se autoreassentar, foram relocadas sem opção.

No entanto, este fato gerou um ensaio de conscientização e organização, trabalhado pelo MAB. De fato, o MAB foi incrementando o conhecimento, a capacidade de decisão e o compromisso do povo em lutar pelos seus direitos.

Todavia, só lutar pelos direitos após ser atingido naquilo que é mais essencial na sua vida, é muito pouco para o povo.

Os políticos de modo geral, em seu simulacro de democracia, utilizam-se do poder representativo e tomam todas as decisões, deixando o povo a margem do processo. E o povo começa a engendrar formas de construir o poder participativo ou adquirido. Ernani Fiori diz no prefácio à Pedagogia do Oprimido, “A conscientização não é apenas conhecimento ou reconhecimento, mas opção, decisão e compromisso” (1967:9).

A dinâmica dos empreendedores da barragem no que toca à organização, foi sempre a de dispersar e isolar aqueles que discordavam e tentavam expor as contradições da obra, de um lado, e do outro a de alienar e cooptar cada vez mais aqueles propensos à conciliação

Essas manobras do jogo de cooptação estavam sempre presentes de forma sutil ou aberta, portanto perceptível, nas negociações do grupo de trabalho do Castanhão como se observa neste documento.

Queremos ler para os conselheiros, um ofício que foi remetido a esta secretaria executiva pelo gerente geral do PROURB: prezado Sr. o PROURB promoverá na próxima semana de 13 a 17 de abril um seminário de avaliação dos programas de reassentamento de população rural que vêm sendo implementados pela secretaria dos recursos hídricos nas obras em via de construção pelo PROURB. O seminário contará com a presença de especialista do Banco Mundial. O enfoque importante a ser discutido é a participação da sociedade civil em todo o processo. Desta forma, temos a satisfação de convidar esta secretaria executiva para expor sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo grupo Multiparticipativo de acompanhamento das obras do Castanhão e que faz a interface entre o poder público e a sociedade civil diretamente interessada nas obras da barragem do Castanhão. Seria oportuno, no referido seminário e por

ocasião da exposição para a qual estamos convidando esta secretaria, a presença de um membro do Grupo de Trabalho do Castanhão representante da sociedade civil, com assento neste colegiado. Permitam-me sugerir o nome da irmã Maria Bernadete Neves para participar da exposição, tendo em vista o excelente trabalho que a mesma vem desenvolvendo como representante da sociedade civil no município de Jaguaribara. (Documento lido na 28ª reunião do Grupo de Trabalho do Castanhão – 14/04/98).

Os responsáveis pela barragem trataram de contornar o aspecto organizacional decorrente dos impactos da obra e conter, rechaçar a possibilidade de expressão dos argumentos divergentes político-organizativos dos atingidos. Nas expressões do governo quanto ao Castanhão aparecem alguns eufemismos como: “interface entre o poder público e a sociedade civil, diretamente interessada nas obras”, “participação em todo o processo” e “representante da sociedade civil”.

Essa terminologia é empregada para negar as contradições presentes em todo o processo de construção da barragem, assim como ocultar a verdadeira situação do povo atingido pela obra. Consistiu numa forma de desorganizar a população e inviabilizar os processos de conscientização. Apesar de o Movimento dos Atingidos por Barragem ter realizado a intervenção político-social-organizativa revertendo em conquistas as demandas reprimidas, os níveis de organização de grande parte da população são ainda insuficientes para realizar as mudanças:

Um dos grandes problemas que existe ainda é a falta de organização do povo. Se o povo se organizar e se conscientizar que só vai mudar se for para luta, lutar pelos seus direitos, muitas coisas vão mudar. (Depoimento TATIANE, educadora e militante do MAB – reassentamento Caroba Alto Santo – CE. Junho/2007).

Na abordagem oficial de condução das obras do Castanhão, foi cassada a palavra de conotação organizativa. Por outro lado, foi aceita e legitimada a palavra ingênua–conciliadora, aderente ao projeto.

A “participação”, neste sentido, consistiu apenas em presença física, não presença consciente politicamente. O processo de formação e atuação da

consciência não só foi impedido, mas duramente achatado nesse ambiente de concretização dos interesses capitalistas. Concordando com Fiori e Freire:

A consciência é essa misteriosa e contraditória capacidade que tem o homem de distanciar-se das coisas para fazê-las presentes, imediatamente presentes. É a presença que tem o poder de presentificar: não é representação, mas condição de apresentação. É um comportar-se do homem frente ao meio que o envolve. (1967: 13)

“Representação”, “interface”, “sociedade civil diretamente interessada”, são palavras suaves no dizer, mas necrófilas no fazer. São usadas para mascarar a realidade e impedir a manifestação legítima dos povos atingidos por barragem.

### 3.1.5 DIMENSÃO EDUCATIVA

Apesar de toda a conturbação sócio-ambiental causada pelo Castanhão, as instituições da educação tentam tornar seguir, linearmente o seu caminho. Aqui, se tenta perceber as razões.

O seguinte depoimento nos desafia a entender essa possível apatia da escola, no que tange à discussão dos problemas dos atingidos decorrentes da construção da barragem.

Não são discutidos, eu não vejo. Fui educadora da escola convencional e eu nunca vi um debate falando da barragem Castanhão. Não tenho conhecimento disso. E vejo dois motivos: primeiro muitos educadores não têm nem mesmo o conhecimento dos impactos causados pela barragem à população. Por ser tão alienados, acham que o Castanhão foi a melhor coisa que aconteceu para a nossa região; e segundo, porque o próprio sistema já faz com que isso não seja trabalhado. Que seja tudo camuflado, que tá tudo bem obrigado e vamos deixar como estar. Por isso, muitas vezes não se trabalha em sala de aula, por mais que o professor tenha vontade não consegue. (TATIANE, educadora popular, militante do MAB).

Ao longo desta pesquisa que é também parte de nossa vivência, percebemos que a escola, como estrutura que age em conformidade com o sistema, não se mostrou apta (durante a construção da barragem do Castanhão) a intervir. Porque “O sistema educacional formal não pode funcionar tranquilamente se não estiver de acordo com a estrutura educacional geral” (MÉSZÁROS, 2006:275).

Pode-se afirmar que todos os educadores e educadoras inseridos no âmbito do Castanhão nunca foram a nenhuma reunião? Não! Alguns até foram e outros inclusive falam do assunto “Castanhão” nas salas de aula. Porém, o que está aqui em pauta, é se a presença da educação foi ativa pedagógica e politicamente nas discussões sobre a barragem. Como também, se a abordagem sobre a barragem em sala de aula se dá do ponto de vista formativo-resolutivo ou do ponto de vista informativo-resignativo. No primeiro caso, as escolas e seu corpo docente e discente não foram convidadas a participar de decisões. E quando o foram, foi só no sentido de conhecer como seria construído outro prédio, em outro local e escolher as cores de paredes ou portas, legitimando assim o processo de construção do Castanhão em si. Portanto, a presença dos professores não alterou em nada no que se refere ao mérito da barragem, nem no que toca ao atendimento das demandas sociais. No caso da abordagem em sala de aula dos problemas dos atingidos esta fala é incisiva:

Na verdade, não. É como se o problema do Castanhão tivesse acabado quando a gente veio pra cá. A gente muito superficialmente se reporta a uma coisa e outra; na festa do município, os problemas, os anseios, mas muito superficialmente. Não é aquela coisa aprofundada: isso é um problema? E nós temos que enfrentar? Eu vejo que não está sendo abordada como deveria. (IRENETE, Professora da escola Humberto de A Castelo Branco. Cidade de Jaguaribara – CE).

Na Pedagogia da Indignação, Paulo Freire afirma que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. (P:67) Como não aconteceu uma participação ativa da educação nem antes, nem durante, nem depois do processo de construção da barragem, o estágio atual da educação neste sentido, é de apatia e alienação. E a alteração dessa situação não vai partir de dentro da escola. Virá da intervenção dos sujeitos que estão na luta, dos movimentos sociais. Esta declaração problematiza justamente o que já afirmamos:

Acho que falta um alerta por parte de outras pessoas (do problema) para com os professores para despertar, né? Que é como se tivesse adormecido todo mundo na sala de aula, na escola, entre quatro paredes. Que você sabe que quem atua, quem tá nas comunidades é quem tem essa visão, que pode chegar para os professores e sensibilizá-los, já que

os professores não tomam essa iniciativa, de acordar para os problemas do cotidiano (IRINETE, educadora).

Dissemos em páginas anteriores que a forma oficial de abordagem (unilateral) com a população ocasionou a “quebra dos vínculos” de amizade, de vizinhança. O processo de construção antrópico, individual e coletivo foi estrangulado.

A escola também foi sufocada. E não está conseguindo canalizar a situação social pós-barragem, no sentido de potencializar a luta e reconstruir os vínculos.

Marx afirma que a “alienação só é transcendida se os indivíduos se reproduzirem a si mesmo. Porém como indivíduos sociais”. (MÉSZÁROS, 2006:246). Não se trata de responsabilizar o corpo docente pela apatia quanto aos problemas existentes no entorno da escola.

Neste trabalho foi possível visualizar mesmo numa micro-escala a trama geral da educação. Segundo Mészáros a educação tem duas funções na sociedade capitalista: a) “a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, b) a formação dos quadros e a elaboração dos métodos de controle político.” (2006: 275). No contexto do Castanhão ocorreu algo semelhante, numa escala pequena: Os órgãos oficiais contrataram universidades e consultorias para obter os controles informacional, ideológico e político da população atingida. A escola como um todo, e grande parte dos educadores e educandos “interiorizaram” os valores trazidos por essas instituições. Uns intencionalmente, outros ingenuamente acreditaram nas finalidades propagandeadas inerentes à barragem do Castanhão. Esta educadora fala como quem já se decepcionou:

Na minha opinião, a barragem serviria para dar melhorias ao povo que foi atingido, pra trazer recursos financeiros, principalmente pra nossa população. Só que hoje, a gente tá vendo aqui a dificuldade de muitas famílias, né? (KELIA, educadora)

É perfeitamente possível que os principais sujeitos da educação, educadores e educandos notadamente no campo, atuem como catalizadores de transformações no seio da escola, elevando a educação da condição de ação determinada para ação determinante.

### 3.1.6. DIMENSÃO AMBIENTAL

A ação do sistema capitalista (com suas contradições) mostra-se doentia, invasiva e destruidora dos ecossistemas naturais. Falando da ação destrutiva do homem sobre o planeta, James Lovelock a compara a uma doença. E aponta quatro possibilidades: “destruição dos organismos invasores da doença, infecção crônica, destruição do hospedeiro ou simbiose, um relacionamento duradouro, beneficiando mutuamente hospedeiro e invasor” (2006:12).

As grandes barragens configuram-se como uma ação demolidora da cultura e destruidora da natureza. A barragem do Castanhão é um desses exemplos de agressão ao meio ambiente. O governo e as empresas defendem a construção das grandes barragens em nome de um suposto desenvolvimento subordinado a lógica do capital, sem levar em conta a cultura local, a população atingida, o meio ambiente e os sujeitos sociais que moram naquele entorno e lutam pela transformação da sociedade.

Mas os atingidos que estão na luta organizada pelo MAB, têm convicção dos efeitos das grandes barragens. “O Castanhão trouxe além dos impactos da apreensão, do medo e da incerteza, os impactos sociais: destruiu a área produtiva, as culturas, e os impactos ambientais, com perdas irreparáveis à natureza”. (TATIANE, educadora do MAB).

Diante do que foi possível pesquisar em campo e da perspectiva teórica para este capítulo, vamos falar de forma concisa neste tópico, sobre os seguintes pontos: agravamento da questão sanitária e salinização dos solos. No que se refere ao agravamento da questão sanitária, a barragem do Castanhão foi construída numa área já com problema de Infra-Estrutura sanitária como falta de redes de esgoto, etc. Conforme afirma Cássio Borges: “Na bacia de contribuição do Castanhão, estão localizadas cerca de 50 cidades (665.652 habitantes) e nenhuma é dotada de disposição adequada de esgotos, os quais são lançados “in natura” no Rio Jaguaribe (1999:188)”.

Tais evidências denotam o completo descaso e o descompromisso das autoridades com a saúde de tanta gente. Ao invés de formular políticas públicas no sentido de construir o saneamento básico, direito de todas essas famílias que vivem à jusante e à montante, constroem um lago, para receber dejetos e todo tipo de poluentes.

Com base num estudo de George Ledec no qual são apontados locais “bons” e locais “ruins” para construção de barragens, formulamos uma tabela com parâmetros, e ao mesmo tempo visualizando o Castanhão em relação a esses critérios ambientais:

**Tabela 3 – Parâmetros ambientais para construção de barramentos.**

CARACTERÍSTICA DO LOCAL	LOCAL BOM PARA BARRAGEM	LOCAL RUIM PARA BARRAGEM	CASTANHÃO
Forma do reservatório	Compacto e profundo num estreito com uma cabeceira alta.	Extensivo mal locada, numa área relativamente plana.	Inunda uma área (plana de 68.000 hectares)
Hectares inundados por Megawatt	Baixo: menos de 5 hectares	Alto: mais de 50 hectares.	3.090 há por Megawatt
Localização na bacia do rio	Num afluente superior	Na parte inferior do rio	Próximo da foz no mar
Perdas de vida selvagem	Baixo: perda mínima de habitat	Alta: resgate de animais até para comercializar	Animais domésticos e silvestres foram afogados.
Risco à biodiversidade aquática	Poucas espécies	Muitas espécies	Alguns peixes já não são encontrados no lago.
Inundação de florestas	Pouca ou nenhuma	Extensa, resultando em problema na qualidade da água.	Cobriu toda a vegetação.
Flutuação de ervas aquáticas	Não tem problemas: geralmente é um reservatório oligotrófico.	Problema recorrente – reservatório eutrófico.	Há uma quantidade grande de ervas sobre as águas na parte superior do lago.
Risco de liberação de doenças tropicais.	Nenhum	Sérios (schistossomoses, malária, etc).	Há a presença de mosquitos durante todo o ano, fato que antes só ocorria no período chuvoso.

**Fonte:** Documento de critérios sociais e ambientais para escolha de locais para projetos hidrelétricos – George Ledec, 1999.

Observa-se que a Barragem do Castanhão na sua extensão fere a todos os parâmetros ambientais apresentados na tabela acima. Quanto à sua localização, está próxima a foz do rio no mar, interrompendo o movimento ictiológico rio acima. Forma um espelho d’água muito grande numa área plana, o que ocasiona um nível de evaporação muito alto. Sem falar na vegetação, que foi toda submersa e várias formas de vida que tiveram seu habitat e nicho destruídos.

Quanto à questão da qualidade da água, os órgãos que fazem esse monitoramento dizem que o volume da água da barragem é muito grande para a quantidade de resíduos que adentram o lago. Segundo eles essa quantidade diluída no volume da água não compromete a qualidade desta para o consumo. Sobre a

salinização dos solos, “um equilíbrio natural entre as águas doces e salgadas se estabelece ao longo do litoral”. (BORGES, et. Al, 1999: 187) esse equilíbrio hidrostático que a natureza processa há milhões de anos corre o risco de acabar:

O problema é que, com o possível rebaixamento do lençol freático do Baixo Jaguaribe, decorrente do intenso uso que se faz daquele manancial, e sem a recarga do mesmo, em face do corte dos fluxos subterrâneos em virtude de impermeabilização das fundações da barragem Castanhão, poderá haver o desequilíbrio hidrodinâmico favorecendo assim, a indesejável penetração da água salgada, o que põe em risco a qualidade dos solos e da água do Baixo Jaguaribe. (BORGES, 1999:187).

Isto significa que além da grande extensão de solo (imersa) que não pode mais ser utilizada para plantio, o Castanhão também prejudicará uma extensão considerável de solo (emersa) com a salinização, em face da interrupção do fluxo do lençol freático.

São muitos os pontos de estrangulamento causados pelo Castanhão. Aqui não tratamos da dinâmica liminológica do rio, que foi alterada, dos possíveis efeitos sismológicos, pelo fato da barragem estar localizada numa área de falha geológica. Estes são temas para uma outra pesquisa.

Fizemos até aqui uma abordagem sumária de como a barragem do Castanhão impactou o ambiente natural e sócio-cultural e detectamos como as pessoas atingidas perceberam tudo isso antes e hoje. Observamos que a intervenção com consciência política, dos sujeitos atingidos nas decisões do Castanhão aconteceu tardiamente.

## **3.2. INTERVENÇÃO POPULAR**

### **3.2.1. UM CONFRONTO DE SABERES**

No estudo realizado com educadores e educandos percebemos as diferentes abordagens, níveis de idéias e saberes em movimento. Para recuperar perdas econômicas, culturais e sociais geradas pelo Castanhão, foi necessário que os atingidos reagissem à irresponsabilidade e inoperância do governo, como também à sua própria inércia.

Nas falas de alguns sujeitos entrevistados observamos um sentido político crítico, enquanto que noutras falas aparecem posturas entre moderadas e conservadoras. Pelo menos dois pontos são esclarecedores: quem está no movimento social, percebe a realidade por um prisma mais analítico, e acredita que mudanças sociais vêm por meio da luta, do povo organizado. □ran não está no movimento social percebe a realidade por um prisma mais sincrético, e acredita que mudanças sociais vêm do cumprimento das obrigações do governo:

Falta ainda, é muita conscientização do povo. Nem todo mundo está consciente do seu papel, nem todo mundo está consciente de que vive num país capitalista, num país onde quem manda são os ricos, e que se o povo não se organizar, não conhecer não vai mudar de jeito nenhum! Está faltando mais organização do povo, o povo precisa compreender mais a luta, por uma vida melhor. Nos reassentamentos tudo é muito precário, à mercê das políticas de governo. (TATIANE, educadora e militante do MAB).

Esse tipo de sujeito, que revela consciência crítica, é capaz de fazer intervenção com caráter de classe. E é na multiplicação desses sujeitos humanos engajados nos sujeitos coletivos, que são os movimentos sociais, que reside à possibilidade da resistência, da luta e da transformação da sociedade.

Neste sentido, o povo, e somente o povo é a “força motriz” da história (MÉSZÁROS, 2006:250). É preciso entender que os atingidos do Castanhão a exemplo das outras barragens, foram tratados desde o início de forma alienante e fragmentária. Esse fato pode explicar os desníveis no que tange à conscientização, resistência e intervenção nas decisões que tratam dos seus direitos, como também numa perspectiva mais abrangente de sociedade.

E essas diferenças tanto de atuação quanto de perspectiva dos sujeitos do Castanhão não são antagônicas, mas metódicas: “Eu creio que falta a obrigação, o compromisso dos governantes. Porque eles querem que o povo seja obrigado a votar neles, mas eles não cumprem com o verdadeiro compromisso deles, que é ajudar a população”. (KEILA, Professora).

O “jeito” pelo qual as pessoas foram levadas a atuar na atuação dos empreendedores da obra, e o jeito com o qual elas atuam hoje, no Pós–Barragem têm a ver com a emergência ou não da sua consciência. Paulo Freire nos ajuda a entender, citando o professor Álvaro Vieira Pinto:

O método é, na verdade, a forma exterior e materializada em atos, que assume a propriedade fundamental da consciência: A sua intencionalidade. O próprio da consciência é está com o mundo e este procedimento é permanente e irrecusável. Portanto, a consciência é em sua essência, um caminho para algo que não é ela, que está fora dela, que a circunda e que ela apreende por sua capacidade ideativa. Por definição, a consciência é, pois, método entendido este no seu sentido de máxima generalidade. Tal é a raiz do método, assim como tal é a essência da consciência, que só existe enquanto faculdade abstrata e metódica. (2005:63).

No que toca às dívidas sociais que as autoridades públicas ainda têm para com os atingidos do Castanhão este agricultor diz: “O que falta? É que o governo acreditasse mais em nós; no MAB. Nós de todas as comunidades que precisa e abrisse mão pra gente trabalhar nisso aí, que a gente está precisando” (VALDEMIR, educando e agricultor)<sup>17</sup>.

O nível e a intensidade das intervenções populares nas decisões do complexo Castanhão ocorreram à medida que os problemas sociais se acumularam. Podemos dividir a história de intervenção dos atingidos nas definições do Castanhão em dois momentos. O primeiro vai de 1995 a 2002, e o segundo a partir de 2003. No primeiro momento os trabalhadores e trabalhadoras atingidos participam de uma forma incipiente e indagativa (se isso ou aquilo pode), depois passam para uma participação mais reivindicatória. Em seguida essa participação toma uma forma mais propositiva. Mas ainda dentro de um processo de convivência com a forma de condução do complexo Castanhão.

A partir de 2003, os atingidos mais aglutinados entre si e engajados no movimento social (MAB) conseguem fazer intervenções mais fortes. Acontece aí um rompimento com a forma de condução do Castanhão. Mais adiante voltaremos a esse processo. Vale lembrar aqui a atuação do grupo multiparticipativo de acompanhamento das obras do Castanhão. Esse grupo realizava reuniões nas quais, após todos os conselheiros falarem, alguns atingidos se inscreviam para fazer perguntas, como mostra o texto:

Dando continuidade o Dr. Pardallan passou a palavra para o vereador Daniel o qual questionou a parte social das obras pertinentes ao complexo Castanhão, mais especificamente a Malhada Vermelha. Pediu apoio do

deputado Antonio Granja e do deputado Francini Guedes para intercederem, junto ao governo do Estado no sentido de agilizar o quanto antes à parte produtiva desses projetos de irrigação. Perguntou ao Dr. Peixoto sobre a documentação daquelas 80 casas do projeto Curupati-Peixe, ou seja, a titularidade dessas casas. Sugeriu ao Dr. Pardallan que fosse formada uma galeria de fotos com todos os componentes do Grupão na casa da memória em Jaguaribara. Prosseguindo, o Dr. Pardallan passou a palavra para o Sr. César Gomes Uchoa o qual denunciou a construtora CCL por não ter pago os serviços dos operários que trabalharam na construção das 25 casas na localidade da Malhada Vermelha, criticou a maneira como foi feita a instalação elétrica dessas 25 casas. Dando continuidade, o Dr. Pardallan passou a palavra para o engenheiro do IDACE Dr. Valmir para dar informações a respeito do não pagamento aos operários, por parte da construtora CCL. Com a palavra o Dr. Valmir informou que desconhecia totalmente essas denúncias, mas coincidentemente, amanhã às 9:00 h está vindo o fiscal que o IDACE contratou que é do DERT e está vindo também o Dr. Alan do DNOCS para justamente fiscalizarem essas 25 casas e a creche. Prosseguindo, o Dr. Pardallan passou a palavra para o Sr. José Alves o qual voltou a cobrar o pagamento da desapropriação do restante das propriedades da área que vai ser irrigada do projeto Alagamar. Indagou se estão realmente assegurados os recursos para construção das casas projeto Alagamar? Informou que a comunidade do Alagamar não está concordando com a medida tomada pela SEAGRI que tirou o Dr. Ribamar desse projeto. Indagou qual é o órgão responsável pelo projeto da estrada que liga a comunidade do Alagamar a Jaguaretama e qual é a situação atualmente". (Extraído da ATA da 63ª Reunião do G.T. Castanhão em 12/06/2000).

Convergiam para essas reuniões do "Grupo de Trabalho" diversos interesses, que tomavam corpo, originando basicamente três tipos de discurso: o discurso político-ideológico, o discurso técnico-científico; e o discurso popular<sup>18</sup>. Esses diferentes discursos expressam saberes, que ora convergem, ora divergem entre si. Resgatamos algumas questões, que são também "provocações" feitas numa dessas reuniões:

---

<sup>18</sup>Reassentado no reassentamento Novo Alagamar, Jaguaribara.

O Dr. Pardallan passou a palavra para o Sr. Valdo, que questionou a respeito da distribuição do orçamento de 2000, a saber: 1- Quanto vai ser destinado desse orçamento para as indenizações rurais? 2- Quanto vai ser destinado desse orçamento para os reassentamentos e para os projetos de irrigação? 3- Quanto vai desse orçamento para a construtora Andrade Gutierrez? 4- Porque em 1998 o DNOCS falava de um avanço físico na obra de 67,71% e agora em 2000 diz que esse avanço está em 60,32%? (Trecho da fala de José Josivaldo: Militante do MAB – extraído da ata da 56ª reunião do Grupo de Trabalho do Castanhão: 21/11/2000).

Porém a organização dos opressores não serve para os oprimidos. Com essa premissa o MAB se articula com outros movimentos sociais, realiza visitas em todas as comunidades do Complexo Castanhão, animando o povo para a luta. Passa a atuar de forma mais intensa. Não se prende mais apenas ao âmbito das negociações: faz uma série de ocupações: prédios públicos, parede da barragem, estradas, praça pública. As autoridades, até então só se encarregavam de “explicar” questões do Castanhão para a população. A partir da intervenção articulada do MAB, os empreendedores da barragem se obrigam a “dialogar” com as massas.

Além de discutir os direitos de cunho imediato, o MAB passa a discutir o paradigma de sociedade. Todo um “consenso” construído em torno do Castanhão pelo “Grupo de Trabalho”, começa a ser “desconstruído”. O MAB se apresenta como sujeito político e com capacidade intelectual. Não apenas domina a pauta imediata, mas discute os modelos agrário, agrícola, hídrico, energético e produtivo. Faz o confronto de saberes. E neste sentido Paulo Freire orienta: “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela é impossível a superação da contradição opressor-oprimido”. (2005:42).

### **3.2.2. EDUCADORES E EDUCANDOS: SUA PRÁXIS**

Mediante a manifestação dos educadores e educandos foi possível fazer uma “leitura” da sua intencionalidade. Essa intencionalidade é sempre pedagógica e política, já que não existe segundo Paulo Freire, prática educacional neutra.

Detectamos também, que mesmo num ambiente profundamente contraditório, os sujeitos fazem e refazem a sua práxis. Porque “é como homens que os oprimidos têm de lutar, e não como coisas”<sup>19</sup>.

A realidade nos mostrou alguns elementos entranhados no pensar e no agir de educadores e educandos, que podemos chamá-los de dimensões da práxis. Essas dimensões são: a conectiva, a formativa e a cognitiva. Vamos explicitar à medida do possível cada uma delas.

A dimensão conectiva ficou evidente nas conversas com educadores e educandos. Foi percebido, por exemplo, que a união é um valor. Um valor permanente na convivência e organização da vida no campo. Essa capacidade ou dimensão conectiva perpassa todas as relações, espaços e faixa-etária. Falando da possibilidade de contribuir na causa dos atingidos, esta educadora diz:

A gente deve se unir, todos nós. Acho que começando desde os pequenos até os mais velhos. A gente sozinha não vai conseguir coisa alguma. Tem que ser no coletivo. Lutar, brigar no bom sentido, pelos nossos direitos e mudar nossa situação. (DEUZILENE, educadora).

Essa disposição para se unir e conectar-se uns aos outros, faz nascer a solidariedade. As relações de colaboração e de solidariedade fazem parte da vida cotidiana dos camponeses. Porém no caso do Castanhão essa solidariedade de caráter original e não muito articulada, foi “atingida”, quebrada com a construção da barragem. Ouvindo educadores, educandos (que são também atingidos e camponeses) percebemos alguns fatos relevantes: a solidariedade não é natural, e sim construída; a união, essa dimensão conectiva, provém de necessidades coletivas; mesmo tendo ocorrido o estrangulamento dessas relações (com o Castanhão), é possível recuperá-las.

A recuperação das relações de colaboração, seja nos aspectos produtivo, educativo ou organizativo vai se dar na luta social. Neste sentido tanto o MAB quanto outras entidades que lidam com os atingidos do Castanhão têm que retomar os vínculos de solidariedade; na linha da resistência, considerar os aspectos objetivos e subjetivos, na perspectiva do altruísmo. No que tange à capacidade humana para o altruísmo Daniel Goleman escreve:

Quando focamos em nós mesmos, nosso mundo se contrai, nossos problemas e preocupações surgem grandes. Quando focamos nos outros, nosso mundo se expande. Nossos próprios problemas flutuam para a periferia da mente e parecem ínfimos, aumentamos nossa capacidade para a conexão, ou ação solidária. (2006:54)

Podemos dizer que é preciso “canalizar” as energias dos atingidos que se mostram indignados com sua situação social. Fazer com que enxerguem as injustiças no processo de construção do Castanhão enquanto parte de um modelo de sociedade injusto.

Percebemos também que é necessário energizar aqueles atingidos que se mostram resignados (parte das escolas e outros setores). Ajudá-los a sair de um estágio de constatação da realidade, para um estágio de intervenção na realidade.

A dimensão formativa pode ser entendida como uma postura. Formação aqui, não significa acúmulo de conhecimento. Significa uma postura. É uma condição e posição consciente de classe social.

Obtivemos duas constatações importantes neste particular. Uma é que essa consciência de classe, já é uma realidade no contexto politicamente “árido” do Castanhão; a outra é que essa consciência motriz, que rompe com o status quo, precisa ser multiplicada. A fala dos lutadores e lutadoras do povo, apontam nessa direção:

É através da formação da ideologia que as pessoas mudam as coisas. Se o professor tem a capacidade de chegar na sala de aula e fazer a formação do ser, não um ser para a sociedade como está, mas um ser humano, coletivo, eu tenho certeza que as coisas mudam. (TATIANE, Militante do MAB).

---

<sup>18</sup>Acontece o discurso popular por direitos imediatos e discurso popular libertador, que busca a transformação da sociedade. O discurso político-ideológico é articulado pelas três esferas do estado (Federal, Estadual e Municipal). O poder legislativo judiciário, empresários e imprensa, etc. um exemplo desse discurso foi a utilização do poema de Demócrito Rocha: *O Rio Jaguaribe é uma artéria aberta por onde escorre e se perde o sangue do Ceará o mar. O mar não se tingem de vermelho porque o sangue do Ceará é azul... Todo o plasma, toda a hemoglobina na sístole dos invernos vai se perder no mar.* Já o discurso técnico científico teve o papel de mostrar a segurança e garantia efetiva da obra mesmo sem contra-argumentar, por exemplo, com esta advertência do professor Carlos Marcelo Lobo da UFC: “A região onde vai ser construída a barragem é por demais conhecida como uma região sísmica; o Castanhão vai ser construído próximo a falha do Rio Jaguaribe uma conhecida zona de fraqueza da crosta terrestre e que foi responsável por diversos abalos sísmicos nos últimos anos”. (BORGES, 1999:307)

<sup>19</sup>Ver pedagogia do oprimido – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005. p. 62.

A militância do MAB atribui à escola um papel fundamental na formação humana. Mas esse ser humano que o MAB busca não é o que serve de “peça” na engrenagem do sistema capitalista. Busca formar “um ser humano coletivo”. Essa idéia do “ser humano coletivo” aproxima-se do que Marx chama de “ser genérico”<sup>20</sup>: Um ser que tem plena consciência de sua espécie e condição de classe. Não é abstração, é concreticidade da conscientização.

Essa formação humana configura-se ao mesmo tempo, como conscientização, resistência e intervenção na realidade concreta. A consciência crítica, histórica é o que move esse ser coletivo, “genérico”, capaz de intervir no mundo e não só de a ele se adaptar”<sup>21</sup>.

Marx afirma que “a emancipação (formação) do homem se dá pela sua atividade produtiva”<sup>22</sup>.

Como a escola formal e não-formal elaboram sua práxis? Consideram a formação humana? Perguntamos aos educadores e educandos se ajudam os atingidos a conhecer seus direitos. É a dimensão cognitiva de sua práxis.

Na dimensão cognitiva é preciso observar os educadores e educandos em sua práxis. Considerando a práxis de educadores e educandos no Complexo Castanhão, destacamos alguns pontos que revelam o seu potencial de intervenção. O avanço rápido da aprendizagem histórica pelos processos educativos não-formais; As situações-limite vivenciadas em decorrência da luta, trazem valores, despertam esperanças já “adormecidas”; e no movimento social, os sujeitos aprendem a aprender.

“A educação é uma forma de intervenção no mundo”<sup>23</sup>. Acreditamos que se politizados, educadores e educandos, na sua ação podem alterar a ordem das coisas. E quem vai politizar a escola no âmbito do Castanhão? Com base no que ouvimos, o MAB como sujeito coletivo, político e pedagógico deve continuar intervindo. Falando do que pode aprender no MAB esta educadora expressa: “O que eu posso aprender, é que a luta vale a pena! Acredito na luta e no MAB, eu vejo o respeito e a credibilidade da população em relação ao MAB”. (IRINETE, Educadora).

O mundo da consciência diz Paulo Freire, não se constitui na contemplação, mas no trabalho. E Marx: “A emancipação do homem se dá pela sua atividade produtiva”. Considerando essas duas premissas, a ação dos educadores e educandos, militantes, agricultores, pode ser o ponto focal do trabalho de conscientização para a intervenção transformadora.

Observamos que há ações dos sujeitos, no Complexo Castanhão que podem e devem ser ampliadas, levando em conta a emancipação humana e a transformação social. São elas a luta e organização do MAB, o empenho dos seus militantes numa perspectiva crítica, abrangente e transformadora; pequenos projetos produtivos nos reassentamentos, como galinha caipira, cabra leiteira, apicultura, horta. Essas atividades podem agregar um aprendizado, construindo a pedagogia da transformação social. São conquistas advindas da luta política e social dos atingidos. E o MAB tem um papel fundamental na articulação desses processos, produtivos e cognitivos. Paulo Freire afirma que: “Aos que constroem juntos o mundo humano, compete assumirem a responsabilidade de dar-lhe direção”<sup>24</sup>.

Compete, portanto aos educadores e educandos acumular cada vez mais conhecimento teórico e prático nos espaços formais e não-formais de aprendizagem, desencadear um efeito multiplicador na conscientização, ajudar na elaboração dos processos de formação do MAB, qualificando a intervenção na realidade.

---

<sup>20</sup>Ver teoria da alienação em Marx / István Mészáros – São Paulo: Boitempo, 2006.

<sup>21</sup> Ver pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos / Paulo Freire – São Paulo – Ed. UNESP, 2000.

<sup>22</sup> Ver a teoria da alienação em Marx – István Mészáros p/140.

<sup>23</sup>Ver pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educação - Freire – São Paulo: Paz e terra, 1996.

<sup>24</sup>Ver Pedagogia do oprimido, p. 21

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, das leituras e entrevistas do próprio contato com a realidade social e o contexto de relações percebemos os efeitos da “ideologização” do Castanhão pelos seus empreendedores. Isso por meio da propaganda oficial, espécie de encantamento junto ao povo sobre os supostos benefícios da obra. Esse fato contribuiu para dificultar a tomada de consciência dos atingidos, pois, como diz Paulo Freire, em *Pedagogia da Autonomia*: “É que a ideologia tem que ver diretamente com a ocultação da verdade dos fatos, com o uso da linguagem para penumbrar ou opacizar a realidade ao mesmo tempo em que nos torna míopes”. (1996:126)

Essa “miopia” postiza colocada aos atingidos, retardou o processo de organização dos mesmos. A intervenção consciente já ocorreu tarde. O resultado é que hoje, 12 anos após o início da obra, uma grande parte das demandas sociais ainda não foram resolvidas.

Outro fato importante é que quando o MAB conseguiu intervir no processo de decisões do Castanhão (2003), se apresenta não só com protestos, porém com propostas. No entanto essas propostas não são assimiladas ou “gerenciáveis” pelo capitalismo. Exatamente porque elas nascem da situação concreta da vida do povo e canalizadas pelo movimento social, apontando na perspectiva da transformação da sociedade.

No entanto, parece possível unir os interesses que ocorrem na escala micro (interesses imediatos), com os interesses que ocorrem na escala macro (interesses de médio e longo prazos). Ou seja, há a necessidade de o MAB tanto fortalecer as ações que viabilizam transformações na base, quanto as que possibilitam transformações na cúpula da sociedade. Sem perder o horizonte do todo, nunca olvidar as partes.

Um terceiro aspecto a considerar é a atuação de educadores e educandos na perspectiva de uma intervenção libertadora. Nessa práxis ou intervenção libertadora dos docentes e discentes do Castanhão, a educação do campo tornou-se imprescindível. As próprias falas dos educadores e educandos apontaram na

seguinte direção: para que a escola do campo funcione voltada à realidade, é necessário que a sua dinâmica seja pensada, organizada e dirigida pelos sujeitos do campo.

Pensando assim, consideramos estes elementos como básicos. A democratização da gestão, com o projeto político-pedagógico como algo vivo, e construído a partir da visão de educação do MAB; a auto-organicidade da escola, redefinindo seus tempos e espaços pedagógicos, desburocratizando as aulas e democratizando as relações; e ampliação do conceito de infância. O que entendemos por infância? Que infância temos? E qual a infância que queremos formar no campo<sup>25</sup>?

Se o movimento social quiser e souber intervir no setor educacional, este poderá fazer a mediação para a transformação da sociedade.

A escola, dependendo da perspectiva político-pedagógica que assume, é um fundamental espaço para potencializar formas de compreender o mundo que traduzidos para a organização social contribuem para o enfrentamento da marginalização da maioria da população. (DUARTE, 2003:13)

O quarto e último ponto das nossas considerações consiste no que chamamos de qualidades educativas e transformadoras do MAB.

São elas a radicalidade, que não abre mão do projeto de sociedade e ao mesmo tempo não aceita a “generosidade falsa” do opressor, e bate na mesa apontando as soluções; o diálogo, como elemento pedagógico fomentador das ações coletivas e da emancipação humana; a ousadia, que denuncia a situação opressora do ser menos, e devolve ao ser humano a sua capacidade ontológica, teleológica e histórica de ser mais; a visão biófila, com a qual os sujeitos lutam pela natureza, pela biodiversidade, em contra posição à visão necrófila do opressor<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup>Neste trabalho não foi possível aprofundarmos a temática da infância. Mas consideramos de extrema importância que os sujeitos que fazem à luta no campo se apropriem de conhecimentos acerca do “trato” com a infância ao longo da história. É interessante entender as diferenças entre a infância do campo e a infância urbana.

<sup>26</sup>Ver Pedagogia do Oprimido – Rio de Janeiro, paz e terra. 2005 p. 74.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES, Cássio. A Face Oculta da Barragem do Castanhão – Em defesa da engenharia nacional 1 ed. Fortaleza, IMOPEC, 1999.
- BEER, Max. História do socialismo e das lutas sociais. 1 ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2006.
- DUARTE, Valdir. Escolas Públicas no campo: Problemáticas e perspectivas. 1 ed. Francisco Beltrão: GRAFIT – Gráfica e Editora LTDA, 2003.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 44ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa, 29ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Indignação – Cartas pedagógicas e outros escritos. 5ª reimpressão. São Paulo: UNESP, 2000.
- GOLEMAN, Daniel. Social Intelligence – The new science of human relationships. 1 ed. New York; Bantam, 2006.
- LOVELOCK, James. A vingança de Gaia. 1 ed. Rio de Janeiro. Intrinseca, 2006.
- MÉSZÁROS, István. A teoria da alienação em Marx. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MINAYO, et al. Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes LTDA, 1993.
- MACEDO, Hypérides. A chuva e o chão na terra do sol. 1 ed. São Paulo: Maltese, 1996.
- PEREIRA, Santos e Carvalho. Geografia: Ciência do espaço: O espaço brasileiro. 1 ed. São Paulo. Atual Editora LTDA, 1988.
- RÜSEN, J. El. Desarrollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico: Una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. 7 ed. Argentina; Propuesta educativa, 1992.
- SADER, Emir. Gramsci: Poder, política e partido. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- VENDRAMINI, Célia. Terra, Trabalho e Educação: Experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. 1 ed. Ijuí, RS: UNIJUI, 2000.

## APÊNDICE

### QUADRO 1 – FINALIDADES DA BARRAGEM DO CASTANHÃO

ENTREVISTADO	PARA QUE SERVE O CASTANHÃO
A	Para melhorar a vida do povo em todos os aspectos
B	O Castanhão serve para muitas coisas, desde que o Governo Federal dê condições.
C	Além dos impactos ambientais causou o empobrecimento social e econômico.
D	O Castanhão foi um exemplo que o governo fez. Só que pra nós ainda não ta bom que tamo esperando aí irrigar a terra para dar renda a nossa família. Faz tempo que a gente luta né. Às vezes a gente perde a esperança, mas acho que devemos lutar e não desistir ir lá no DNOCS – gritar mesmo pelo que nós queremos.
E	Bom, nós sabemos que o Castanhão trouxe transtornos para os moradores principalmente para os jovens. Abrangiu em cheio a educação. Lá a gente conhecia todos, toda a clientela da escola... Hoje nós estamos numa área maior e fica difícil porque você não conhece. Temos gente de municípios vizinhos morando aqui com a gente e é difícil porque a gente não convive como convivia com as famílias antes.
F	Na minha opinião a barragem serve para dar melhorias ao povo que foi atingido.
G	Os governantes apresentaram alguns objetivos, mas que a gente vê que para o povo, poucos benefícios né?
H	Para trazer recursos né? Recursos financeiros principalmente para nossa população.

### QUADRO 2 – A PROBLEMÁTICA DOS ATINGIDOS

ENTREVISTADO	QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS CAUSADOS PELO CASTANHÃO
A	O deslocamento das pessoas de um canto pra outro; as coisas que se acabaram: os animais: a área que a gente morava...
B	Problema? É... A gente ta satisfeito, porque não tinha terra agora têm né? A gente não tinha casa, agora têm né? Mas, ai pra trabalhar assim, ta feito às condições.
C	Um dos grandes problemas que ainda existe é a falta de organização do povo.
D	Nós nunca esquecemos a moradia nos barracos de madeira.
E	Primeiro de que tudo é a situação financeira, a falta de emprego. Não é que na antiga cidadã tivesse muito emprego, mas as famílias sobreviviam da pesca, da caça; lam al no rio traziam um bocado de peixe já fazia a alimentação. Nós sabemos que aqui é difícil porque para você pescar de anzol no Castanhão não dá.
F	As pessoas foram arrancadas dos seus lugares, as raízes foram arrancadas muitas pessoas idosas sofreram muito tiveram depressão por ter saído do seu lugar de origem.
G	É que quando as pessoas mudaram pra cá perderam um pouco o “chão” a forma de trabalho, que era a agricultura e a pecuária. O povo saiu de sua terra e veio para uma terra onde não se constrói essa mesma relação de trabalho.
H	Veio a mudança, né? Foi um abalo pra muita gente. E nos jogaram aqui e aqui a gente ta lutando por

	nossa sobrevivência. O desemprego ta grande, a educação ta um caos... Não adianta a gente falar bonito a gente têm que vê o que realmente ta acontecendo.
--	---

### QUADRO 3 – A RESOLUTIVIDADE DOS PROBLEMAS DO CASTANHÃO

ENTREVISTADO	QUE SOLUÇÃO FORAM TOMADAS PARA RESOLVER OS PROBLEMAS DOS ATINGIDOS?
A	Sinceramente, acho que o governo não está preocupado com isso.
B	Eu acho que o primeiro problema a ser resolvido era o governo irrigar no momento em irrigar eu tenho a impressão que melhora cem por cento.
C	Não vejo, porque tudo isso já foi intencionado, quando fizeram a obra já pensaram para quem ela era: não era para os pobres. Não vejo nenhuma iniciativa da parte do governo para melhorar a vida do povo.
D	Nós morava ali em baixo; plantava feijão, milho e algodão. Todo verão você tinha o seu trocado. Plantava batata na vazante. Ai chegou a barragem, cobriu tudo e nós saímos do nosso local, passamos um ano e meio em barracos de madeira e não foi bom pra nós. Mas hoje estamos nas nossas casas, mas foi luta nossa. E isso foi um começo de solução.
E	Um dos problemas a ser solucionados é cada assentamento funcionar como um lugar de vida digna. Porque sabemos que tem assentamento que as famílias vivem por milagre de Deus. O mandacaru, por exemplo, tem água no canal, mas essa água não pode ser usada. A gente ta vendo que falta muita coisa dos governantes.
F	Problema que não foi resolvido é a falta de emprego, aqui não tem uma fábrica para empregar as pessoas que lá trabalhavam no roçado.
G	Com relação às soluções as comunidades, os grupos que estão dando certo em termos de renda são muito poucos. É o que gente toma conhecimento aqui, mesmo um pouco afastada.
H	Eu não estou vendo solução nenhuma. A gente ta vendo as dificuldades e os problemas que a população tá enfrentando.

### QUADRO 4 – A PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA E SEUS SUJEITOS NO PROCESSO DE LUTA

ENTREVISTADO	COMO PROFESSORES E ALUNOS PODEM AJUDAR OS ATINGIDOS A CONHECER OS SEUS DIREITOS
A	Contribuindo. A gente deve se unir, todos nós.
B	Através da discussão né? Assim que nem o movimento do MAB que é muito importante.
C	Formação. Que é através da formação da ideologia que as pessoas mudam as coisas.
D	Na minha opinião é conversando. Os professores eu acho que estão envolvendo nisso e envolvem também as crianças. Porque tão vendo o que nós passamos, o que nós temos hoje e que estamos lutando cada vez mais por coisas.
E	Primeiro de que tudo cada um tem que conhecer seus direitos. E quem ta na escola começar trabalhar seus direitos para que da escola ele possa trabalha com a comunidade.

F	Acho que é mostrando para as pessoas que elas têm direitos. Tem voz que é o povo que pode mudar. Que os estudantes têm que passar para as pessoas analfabetas e conhecimento, mostrar o que a escola têm, que eles não tiveram.
G	Tomar conhecimento, chegar mais perto dessa realidade.
H	Com certeza levando conhecimento para toda a gente educador tem por obrigação incentivar. Por mais que a gente não possa arcar com as ajudas financeiras \ antes tem que levar o interesse, o conhecimento para que eles possam lutar e saber se defender diante das autoridades.

### QUADRO 5 – O CONHECIMENTO DOS SUJEITOS ACERCA DO MAB

ENTREVISTADO	NA SUA COMPREENSÃO O QUE É O MAB?
A	O MAB é um movimento que luta pela melhoria da sociedade, onde a gente tenha direitos iguais para todo mundo.
B	O MAB não é... de atingidos por barragem né? Eu mesmo tou na frente né? Só em ser assim, uma nação pobre... eu não conhecia o MAB não! Vim conhecer naquele dia que eu fui lá, né? Achei muito bonito.
C	O MAB é um movimento sindical de massa que luta pelos direitos dos povos atingidos por barragem. Além disso, luta por uma nova sociedade. Uma sociedade justa, uma sociedade socialista.
D	O MAB é um órgão respeitado. Se não fosse o MAB, os atingidos... você vê que nós tivemos muita causa ganha pelo MAB muita coisa nós conseguimos. Eu sou um dos que lutei pouco, mas eu acredito no MAB, um dos que lutei pouco, mas eu acredito no MAB, um órgão que assume as coisas e luta.
E	É um movimento né? Esse movimento geralmente são os atingidos por barragem. Acho que ele, o MAB trabalha muito com o objetivo de que cada atingido conquiste seus direitos. Que o objetivo de vida é encontrar seus direitos.
F	Já ouvi falar em MAB, mas... Até sabia o significado, agora não tá vindo a mente deixa eu vê... Movimento de atingido por barragem!
G	Eu vejo sempre falar que o MAB está sempre presente nesses projetos e tem essa força de atuar.
H	Bom, participei aqui na rua de um movimento com o pessoal do MAB e nós do sindicato dos servidores públicos.

### QUADRO 6 – CONQUISTAS SOCIAIS EM VIRTUDE DA LUTA DO MAB

ENTREVISTADO	JÁ OUVIU FALAR DE ALGUMA COISA QUE FOI CONSEGUIDA PARA OS REASSENTAMENTOS POR CAUSA DA LUTA DO MAB
A	A luta que a gente vê, cestas básicas conseguidas é uma das conquistas, né? Aqui no Alagamar a gente vê ali a escola (biblioteca) cheia de materiais de irrigação conseguidos pelas luta do MAB.
B	Conheço demais. Sei assim as casas foi através do MAB, ne? O equipamento também foi através do MAB. Graças a Deus. Que primeiramente agradeço à Deus e segundo ao MAB que se não fosse o MAB tinha condições!
C	Sim. Diversas coisas. Todas as conquistas que têm dentro dos reassentamentos foram através da luta do movimento. Nenhuma coisa foi o governo que mandou para o povo. Através da resistência do povo

	da luta do povo, das reivindicações do povo, foi conseguido. Temos reassentamentos que têm projetos de ovinos, caprinos, apicultura, galinha caipira, horticultura e picicultura tudo com a luta do povo organizado. Se não fosse a luta do MAB, os reassentamentos estariam em situação pior do que eles estão. Não estão bem, mas estão melhor por conta da luta do povo do movimento.
D	Já. Nós conseguimos os motores dos irrigantes todo material de irrigação.
E	Por exemplo, umas cestas eu conheço.
F	Assim, eu já vi que no Curupati – irrigação já começou o trabalho, mas parece que parou.
G	O MAB é o movimento dos Atingidos por Barragem que atua nesse contexto de atingidos, vejo o MAB como uma referencia de apoio às outras lutas.
H	Pelo que a gente vê hoje, comentários conseguiram casas né? Abrigar os atingidos. Só que com poucos recursos têm muita gente sofrendo nesses reassentamentos.

### QUADRO 7 – A APRENDIZAGEM HUMANA E POLÍTICA NA LUTA DO MAB

ENTREVISTADO	O QUE VOCÊ APRENDE NO MAB
A	É o coletivo, a união foi o que eu mais percebi.
B	A gente aprende a ir atrás da informação. No momento que você se senta e começa a discutir, dá certo conseguir o que a gente quer.
C	Se aprendi no MAB em um ano mais do que estudei em vários anos. No MAB você aprende a ser um ser social e coletivo; você aprende que não é para concorrer com a outra pessoa.
D	O que podemos aprender é as reuniões que a gente vai e passa o dia todo e é planejado alguma coisa que a gente vai resolver.
E	A gente pode aprender é conquistar seu objetivo de vida lutar pelos seus direitos.
F	Posso aprender a história a cultura o sofrimento do povo do atingido por barragem.
G	O que eu posso aprender é que a luta vale a penas, é uma aprendizagem muito grande. A gente constrói essa aprendizagem na luta.
H	O que a gente aprende com isso é muito conhecimento principalmente para se defender das leis. Quem luta tem que ter o conhecimento de saber realmente o que são seus direitos.

### QUADRO 8 – DÍVIDAS E DEMANDAS SOCIAIS PARA COM OS ATINGIDOS

ENTREVISTADO	O QUE AINDA FALTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ATINGIDOS DO CASTANHÃO.
A	Tinha que ter um planejamento. Não pensando só neles mas na classe pobre.
B	Aqui mesmo no Alagamar o que falta é o investimento.
C	Falta ainda é muita conscientização do povo.
D	O que falta é que o governo acreditasse mais em nós no MAB.
E	Primeiro que tudo tem alguns proprietários que não receberam suas indenizações e os outros eu acho que viesse uma fonte de emprego; principalmente para os jovens.
F	Trabalho. Porque acho que falta muito ainda sobre isso.
G	Eu acho que de fato é questão dos projetos funcionar e melhorar a qualidade de vida das pessoas.
H	Eu creio que é a obrigação e o compromisso dos governantes.

### QUADRO 9 – A INTERVENÇÃO DA ESCOLA NO CONTEXTO DO CASTANHÃO

ENTREVISTADO	OS PROBLEMAS DO CASTANHÃO SÃO ESTUDADOS E TRABALHADOS NA ESCOLA?
A	Nem tudo. Nem tudo está sendo trabalhado.
B	Creio que esteja, né?
C	Não são discutidos – eu não vejo.
D	Aqui na nossa comunidade é falado: eu não sei nas outras, mas na nossa comunidade você ver os filhos da gente falando, os professores contando uma história.
E	Aconteceu agora em 9 de março, os 50 anos de emancipação. Foi trabalhado muito isso. Então a gente ta trabalhando isso sempre fazendo um paralelo como era antes, como é hoje!
F	Olha geralmente assim, na sala de aula, isso é muito usado como exemplo, sabe? Em aula de Geografia, aula de História.
G	Na verdade, não. É como se o problema do Castanhão tivesse acabado quando a gente veio para cá.
H	A falta de condição de trabalho dificulta a aprendizagem.

### QUADRO 10 – PERFIL DO GRUPO ENTREVISTADO

ENTREVISTADO	IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	ENGAJADO NO MAB
A	20 anos	F	Médio	Educadora	Sim
B	50 anos	M	Semi-alfabetizado	Agricultor	Sim
C	23 anos	F	Médio	Educadora	Sim
D	37 anos	M	Alfabetizado	Agricultor	Sim
E	49 anos	F	Superior	Educadora	Não
F	18 anos	F	Médio	Educanda	Não
G	36 anos	F	Superior	Educadora	Não
H	30 anos	F	Superior completo	Educadora	Não